



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA DE PORTOS**  
Comissão Nacional das Autoridades nos Portos – CONAPORTOS  
Comitê Técnico de Modernização Portuária

**COMITÊ TÉCNICO DE MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA**

Ata da 4ª Reunião Ordinária

**Dia:** 15/10/2013 (14h30às 16h:30)

**Local:** Sala de Reuniões da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Portuário da Secretaria de Portos da Presidência da República

**1. PARTICIPANTES**

Secretaria de Portos	▪ Tiago Tarocco (Suplente)
Casa Civil	▪ Beatrice Kassar do Valle (Titular) ▪ Thaís Villela (Representante)
Ministério da Fazenda – Receita Federal	▪ Antônio Braga Sobrinho (Titular) ▪ José Carlos de Araújo (Representante)
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	▪ Márcio Henrique Micheletti (Representante)
Ministério da Saúde – ANVISA	▪ Juliana Almeida (Representante)
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	▪ Marcos Vinicius Ferreira de Melo (Representante) ▪ Fábio Carvalho Porto (Representante)
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	▪ Tarcilena Polisseni Cotta Nascimento (Titular) ▪ Flávia Guerreiro (Representante)
Agência Nacional de Transportes Aquaviários	▪ Luiz Osmar Scarduelli Junior (Titular)

**2. DESENVOLVIMENTO**

A reunião foi conduzida pelo coordenador suplente, Tiago Tarocco, o qual abriu a reunião saudando os membros e convidados presentes e distribuindo a pauta com os assuntos a serem tratados.

**2.1. 5ª REUNIÃO CONAPORTOS**

Como primeira atividade, foram apresentadas pelo coordenador as informações que haviam sido levadas à 5ª reunião da CONAPORTOS. O coordenador comentou que o representante da RFB na CONAPORTOS, não validou os dados apresentados por este Comitê, referentes ao quadro de pessoal do órgão ao qual representa. Assim, o coordenador solicitou aos membros que todos os dados trazidos ao Comitê sejam validados previamente pelos órgãos.

O coordenador citou ainda a dificuldade em obter os dados solicitados, motivo pelo qual não foi possível atender à deliberação da CONAPORTOS pelo levantamento de dados de demanda observada ao longo da vigência do Porto 24h.

Com relação ao levantamento sobre a necessidade de alojamentos, o coordenador informou que durante a reunião da CONAPORTOS decidiu-se por não considerar mais esse ponto, uma vez que a tendência é não mais adotar o regime 24h/72h, mas, se for o caso, 12h/36h. Para reforçar esse entendimento, o representante da RFB no Comitê citou a recomendação do TCU pela não adoção do regime de trabalho 24/72hs, não sendo este último, benéfico para o Estado brasileiro.

Em seguida, foram apresentadas as deliberações realizadas pela Comissão, referentes ao Comitê Técnico:

- Aprofundar os estudos dos resultados obtidos com a implantação do Porto 24h e apresentar a avaliação Porto a Porto;
- Apresentar proposta de regime de trabalho de cada órgão anuente no porto, de acordo com a distribuição de demanda ao longo dos dias e horários;



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE PORTOS  
Comissão Nacional das Autoridades nos Portos – CONAPORTOS  
Comitê Técnico de Modernização Portuária

- Encaminhar para validação dos membros da CONAPORTOS o levantamento do Porto 24 Horas, apresentado na 5ª Reunião;
- Elaborar Plano de Trabalho.

## 2.2. AVALIAÇÃO DO PORTO 24H

O coordenador comentou que, visando atender à deliberação da CONAPORTOS, havia sido feita uma solicitação por e-mail aos membros do Comitê para que trouxessem os seguintes dados para a reunião:

- Proposta de horário de funcionamento por porto, por tipo de serviço, que garanta o atendimento da demanda do respectivo porto;
- Levantamento da demanda atendida desde a entrada em funcionamento do porto 24h (hora por hora, porto por porto);
- No caso do Ministério do Planejamento, o levantamento de quantidade de servidores que entraram e saíram nos órgãos (ANVISA, ANTAQ, Polícia Federal, Receita Federal e MAPA) nos últimos 5 anos;
- Informações relativas a pessoal validadas junto aos respectivos órgãos:
  - Número atual de servidores por porto;
  - Déficit atual de servidores por porto, sem levar em consideração o porto 24h;
  - Necessidade de servidores por porto para atender à proposta de horário de funcionamento;
  - Necessidade de servidores por porto para atender ao funcionamento 24h.

O coordenador citou um levantamento realizado pela SEP/PR junto à Fenamar sobre o Porto 24h, referente às informações coletadas junto às agências de navegação. Apenas Fortaleza, Santos, Rio de Janeiro e Vitória enviaram respostas, contendo, algumas delas, sugestões de horários de funcionamento dos órgãos. Os levantamentos foram entregues aos presentes.

No levantamento, o Sindicato das Agências do Rio de Janeiro questionou o fato de não estar sendo convidado para participar das reuniões da Comissão Local. O coordenador sugeriu que se encaminhasse ao coordenador da CONAPORTOS pedido para que o mesmo solicitasse à Comissão Local que convidasse o setor privado a ser ouvido nas reuniões. No entanto, os demais membros optaram por, primeiramente, entrar em contato com a comissão local, para identificar se há algum motivo específico pelo qual o setor privado não está sendo ouvido. A SEP/PR irá providenciar o contato.

A RFB comentou sobre estudo realizado para todos os portos (Porto do Rio de Janeiro tem um estudo mais completo), no qual se mediu os tempos gastos nas diversas etapas do processo de importação:

- Tempo 01: tempo para registro da DI no SISCOMEX após chegada da carga (responsabilidade do importador);
- Tempo 02: tempo para a parametrização pelo SIXSCOMEX (definição do canal de conferência). Não há intervenção de nenhum órgão;
- Tempo 03: tempo após a parametrização para, no caso de canais amarelos, vermelho e cinza, o importador apresentar a documentação necessária;
- Tempo 04: tempo de análise entre o registro e o desembaraço de todos os canais (tempo sob responsabilidade da Receita).

Identificou-se um tempo médio de 04 dias para entrega de documentação referente à mercadoria a ser importada (responsabilidade do importador ou de seu preposto), devendo-se ao fato de que o importador, muitas vezes, não possui local de armazenagem, utilizando-se do recinto alfandegado como depósito. Foi mostrado que o tempo médio efetivo dispendido pela RFB para despacho das mercadorias é de aproximadamente 1,6 dias.

Comentou-se sobre a necessidade de se encontrar uma forma de desestimular essa conduta do usuário, pois não é função das áreas portuárias servirem de depósito por tempo superior ao necessário para a transferência entre modais.

A representante da Casa Civil comentou que no passado havia estudos que demonstrassem de quem era a responsabilidade pelo atraso no processo de importação e que agora, após o levantamento da RFB



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE PORTOS  
Comissão Nacional das Autoridades nos Portos – CONAPORTOS  
Comitê Técnico de Modernização Portuária

deveríamos pensar em uma maneira de divulgar esse levantamento. O representante da RFB informou que pretende divulgar no site da RFB.

Comentou-se que, para o usuário, o custo de manter uma estrutura à noite é bastante elevado, justificando-se a preferência pelo período diurno.

Comentou-se que em Vitória foi suspenso, por meio da Comissão Local, o atendimento 24h, assunto que já foi encaminhado pelo coordenador do Comitê ao coordenador da CONAPORTOS, pois como se trata de uma deliberação da Comissão Nacional, não poderia ter havido decisão diversa por parte da Comissão Local;

A representante da ANVISA comentou sobre a baixa adesão do setor regulado, fora do horário comercial, no período de abril a agosto e sobre a inviabilidade de inspeções noturnas. Para a representante da ANVISA, após a implantação do Porto 24h, houve uma queda no rendimento das atividades da Agência, devido à sobrecarga das escalas e ao baixo número de servidores locais. Ainda, segundo a ANVISA, justifica-se o período de atendimento de 07h às 21h, todos os dias, nos Portos do Rio de Janeiro e Santos; e, para os demais portos, plantões de 12/36hs, sendo o funcionamento normal de 07hs às 19hs, com sobreaviso no período noturno. (Vide Anexo).

O representante do VIGIAGRO informou que irá mandar os dados posteriormente, mas comentou sobre o déficit de mão de obra existente.

O representante da RFB apresentou os dados de demandantes ao período de abril a agosto. Demonstrou que a demanda no período noturno não atingiu nem 1% da apresentada em horário comercial. Para ele, talvez o Porto de Santos merecesse um horário estendido. Os dados em meio digital do levantamento da RFB serão enviados posteriormente.

O representante da RFB citou pesquisa de satisfação referente ao Porto 24h, realizada junto a mais de 6 mil usuários de Portos, a qual poderá ser usada como base para as próximas atividades do Comitê.

A representante do MPOG apresentou um levantamento sobre os servidores que entraram nos órgãos nos últimos 05 anos. (vide Anexo), ficando de verificar a possibilidade de complementar o relatório com os dados de servidores que deixaram os órgãos no mesmo período.

A proposta da RFB é trabalhar no horário estendido e não 24h, ele comenta que o custo para o Estado é enorme e não justifica o investimento em novos servidores, etc.

Todos os representantes enviarão os dados em meio digital *à posteriori*.

### 2.3. PLANO DE TRABALHO

O coordenador iniciou as discussões sobre o plano de trabalho, apresentando uma proposta de “missão” para o comitê, com base no regimento interno da CONAPORTOS:

*“Analisar propostas de edições, alterações, aperfeiçoamentos ou revisões de atos normativos, procedimentos e rotinas de trabalho existentes ou a criação de mecanismos que otimizem o fluxo de embarcações, bens, produtos e pessoas, e a ocupação dos espaços físicos nos portos organizados, para aumentar a qualidade, a segurança e a celeridade dos processos operacionais.”*

Foi apresentada discutida uma proposta de Plano de Trabalho. Chegou-se ao consenso de se fazer um estudo detalhado no Porto de Santos, para servir como Projeto Piloto para as ações do Comitê. Nesse sentido, a proposta de Plano de Trabalho será revisada pela SEP/PR e, posteriormente, encaminhada aos membros para validação e posterior submissão à CONAPORTOS para aprovação.

O estudo incluirá uma pesquisa junto aos usuários do Porto, para se identificar os entraves pela ótica dos usuários.

O representante do MDIC citou o desenvolvimento do projeto do Portal Único de Comércio Exterior, o qual avaliará os atuais processos de exportação e importação e os sistemas envolvidos, visando aprimorá-los. Assim, ficou acordado que o Comitê deve interagir com os grupos de trabalho que atuam no referido projeto, para que sejam evitadas redundâncias nas ações.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE PORTOS  
Comissão Nacional das Autoridades nos Portos – CONAPORTOS  
Comitê Técnico de Modernização Portuária

#### 2.4. OFÍCIOS ENCAMINHADOS AO COMITÊ

O coordenador apresentou e distribuiu dois ofícios aos presentes, para manifestação dos órgãos competentes até a próxima reunião do comitê:

- Ofício do Syndarma com solicitações pela supressão de documentos hoje solicitados para a navegação de cabotagem;
- Ofício do Syndamar, com questionamentos acerca da Instrução Normativa nº 1356/2013 da SRFB – Geração de insegurança aos agentes marítimos e seus armadores representados.

#### 3. DELIBERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Responsável	Ação	Prazo
SEP/PR	Adequar o Plano de Trabalho e encaminhar aos demais órgãos para contribuições.	29/10/13
MPOG	Completar as informações do Provimento da Força de Trabalho com os dados de aposentadoria e submeter ao coordenador do comitê, por e-mail.	01/11/13
RFB, ANVISA, VIGIAGRO	Encaminhar ao coordenador do comitê, por e-mail, os seguintes dados: <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Proposta de horário de funcionamento por porto, por tipo de serviço, que garanta o atendimento da demanda do respectivo porto;</li><li>▪ Levantamento da demanda atendida desde a entrada em funcionamento do porto 24h (hora por hora, porto por porto);</li><li>▪ Informações relativas a pessoal <u>validadas</u> junto aos respectivos órgãos:<ul style="list-style-type: none"><li>- Número atual de servidores por porto;</li><li>- Déficit atual de servidores por porto, sem levar em consideração o porto 24h;</li><li>- Necessidade de servidores por porto para atender à proposta de horário de funcionamento;</li><li>- Necessidade de servidores por porto para atender ao funcionamento 24h.</li></ul></li></ul>	01/11/13
RFB	Encaminhar ao coordenador do Comitê, por email, o estudo realizado para o Porto do Rio de Janeiro, com relação aos tempos medidos para o processo de importação.	01/11/13
SEP/PR	Encaminhar ofício do Syndarma ao Comitê Técnico de Integração de Sistemas da CONAPORTOS para manifestação.	01/11/13
SEP/PR	Levantar junto a CDRJ a motivação para a não convocação do setor privado (especialmente as agências de navegação) nas reuniões locais.	01/11/13
Todos	Encaminhar para o coordenador do comitê, por email, sugestões ao Plano de Trabalho.	04/11/13
SEP/PR	Consolidar informações relativas ao Porto 24h, a serem apresentadas à CONAPORTOS e apresentar aos órgãos para validação.	Próxima reunião do comitê
RFB	Entregar ofício ao Comitê Técnico de Modernização Portuária, com	Próxima



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE PORTOS  
Comissão Nacional das Autoridades nos Portos – CONAPORTOS  
Comitê Técnico de Modernização Portuária

	análise e resposta ao Ofício do Sindamar.	reunião do comitê
RFB, ANVISA, VIGIAGRO, MARINHA	Entregar ofício ao Comitê Técnico de Modernização Portuária, com análise e resposta ao Ofício do Syndarma.	Próxima reunião do comitê

Os e-mails deverão ser enviados para [tiago.secretariadeportos@gmail.com](mailto:tiago.secretariadeportos@gmail.com).

A próxima reunião do comitê ficou pré-agendada para 07/11/2013 às 14h30.

Tiago Tarocco  
Secretaria de Portos da Presidência da República

Beatrice Kassar do Vale  
Casa Civil da Presidência da República

Luiz Osmar S. Junior  
Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Ministério da Defesa – Comando da Marinha

Antônio Braga Sobrinho  
Ministério da Fazenda

Márcio Henrique Micheletti  
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Juliana Almeida  
Ministério da Saúde – ANVISA

Marcus Vinícius F. de Mello  
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Tarcilena P. C. Nascimento  
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Brasília, 15 de outubro de 2013